

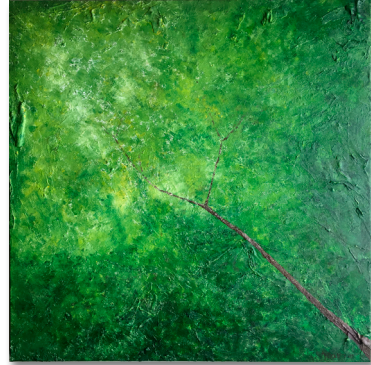
Mulheres camponesas do Cerrado: lutas, resistência e legado

MARIA APARECIDA DE SOUZA

FLÁVIO BEZERRA BARROS

Resumo: O Cerrado brasileiro é um dos palcos de resistências e territorialidades camponesas na luta pela permanência na terra. O estudo objetivou investigar o protagonismo das mulheres camponesas do Cerrado no município de Três Lagoas - MS, utilizando-se da pesquisa qualitativa com entrevistas orais e observação direta. As territorialidades e legado na proteção dos modos de vida e as relações socioambientais cerradeiras são reveladas no cotidiano das camponesas.

Palavras-chave: Territorialidade. Mulheres. Cerrado. Camponesa.



MARIA APARECIDA DE SOUZA

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutoranda em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

E-mail: mariamia.souza8@gmail.com

FLÁVIO BEZERRA BARROS

Professor associado da Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente permanente nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e em Agriculturas Amazônicas da UFPA e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (Nível 2).

E-mail: flaviobb@ufpa.br

Peasant women from Cerrado: struggles, resistance and legacy

Abstract: The Brazilian Cerrado is one of the stages of resistance and peasant territorialities in the struggle for permanence on the land. The study aimed to investigate the protagonism of peasant women in the municipality of Três Lagoas-MS, using qualitative research with oral interviews and direct observation. The territorialities and legacy in the protection of ways of life and the Cerrado socio-environmental relations are revealed in the daily lives of the peasant women.

Keywords: Territoriality. Women. Cerrado. Peasant Woman.

RECEBIDO: 02/05/2020

APROVADO: 09/12/2020

1 Introdução

As mulheres camponesas do Cerrado carregam em suas identidades os campos sertanejos e abrigam vivências e cuidados com os valores construídos nestes territórios. A presença feminina nos espaços do Cerrado deixou marcas que, por vezes, foram perdidas e, outras vezes, guardadas nas memórias e reveladas através de seus saberes nas práticas, simbologias e tradições. Pode ser que as marcas perdidas possam estar relacionadas à omissão da sua história e aos valores ocultados pela sociedade patriarcal que, nas palavras de Gaspareto e Menezes (2013, p. 315), “Por muito tempo, a dominação de gênero vem tratando a mulher como inferior e desprovida de autonomia, invisibilizando seu trabalho e suas potencialidades”. A invisibilidade da competência feminina viabilizou as ideologias de legitimação das fragilidades e a sujeição culturalmente imposta.

No entanto, a ideia de vulnerabilidade estimulada pelo patriarcalismo social resultou na germinação de vários modos de resistência para a construção das identidades e territorialidades nos espaços rurais. Henn (2013, p. 65) enfatiza que as mulheres vão “[...] construindo tessituras na trama das resistências; ao se perceberem diante de transformações que imprimem no cotidiano do grupo familiar; e ao se redimensionarem diante das atuações que integram coletivos organizados”. As resistências nos campos têm destacado o valor feminino no desenvolvimento das formas de agir dentro dos processos de lutas, bem como na conquista e permanência na terra. De forma singela, os modos de vida e os afazeres, os símbolos e memórias refletem as territorialidades engendradas pelas mulheres, através do cotidiano vivido, das belezas singulares e riquezas preservadas, mas também através dos enfrentamentos e dificuldades sofridas. Nas identidades cerradeiras, a figura feminina se destaca e insurge como protagonista no exercício das resistências, da cultura e da luta pela terra e pela permanência nela. Borzone, Almeida e Nardoque (2017, p. 2) observam “[...] o crescente protagonismo das mulheres como sujeitos políticos. Tanto nas lutas gerais, como pela Reforma Agrária e por políticas para a agricultura familiar [...]”.

O olhar cuidadoso e a sabedoria sutil das mulheres do Cerrado detêm as tradições do campo rural, transmitidas através das repetições e simbologias no cotidiano vivenciado, podendo, deste legado, surgir a força que nutre as resistências. Isso é o que demonstra Afonso e Scopinho (2015, p. 249), quando afirmam que “[...] a existência das desigualdades e opressões de gênero tornam a vida da mulher do campo ainda mais difícil, fazendo com que suas identidades expressem de maneira ainda mais intensa a resistência vivida no cotidiano”. As práticas cotidianas no campo são fundamentalmente assumidas pelas gerações femininas, que, nos contos e nos afazeres, transmitem para as gerações posteriores experiências concretas no chão do Cerrado. Desvendar as concepções que as mulheres têm sobre suas vidas, sustentadas na labuta do dia a dia com a terra, implica a absorção das essências intrínsecas ao seu ser e às suas experiências edificadas nas territorialidades construídas por elas. Pensar a mulher e a biodiversidade do bioma Cerrado é considerar que há forte elo entre ambas, porque, nos campos do Cerrado, os hábitos corriqueiros nos afazeres retratam a imagem da mulher.

A natureza do Cerrado é dadivosa. Aqueles que conviveram e dela dependeram relatam e testemunham a sua biodiversidade, reconhecendo a gratuidade que há nela. Assim, os povos, especialmente as mulheres, possibilitam a sua conservação, pelo seu jeito simples de viver no cuidado e no usufruto sustentável. Em colaboração com essa perspectiva, Ziolkowski (2019, p. 97) destaca que “[...] cada vez mais se mostra necessário olhar para a mulher e sua relação com o ambiente; é aí que conseguiremos evidenciar formas de sustentação dos saberes [...]” e a manutenção das práticas que conservam o meio ambiente. Diante destes aspectos, revelar o valor feminino das mulheres camponesas cerradeiras tornado secularmente invisível e marginalizado pela sociedade é considerar a possibilidade da retomada das práticas socioculturais e socioprodutivas, sustentadas no respeito à terra e à natureza, reforçando e valorizando os saberes e fazeres protagonizados por elas. Nas territorialidades construídas e materializadas nas identidades com os lugares de pertencimento, um sentido do viver no meio natural é elaborado, revelando na relação mulher-Cerrado uma história particularmente plural.

A terminologia “mulheres cerradeiras” (ou ainda “povos cerradeiros” e “vida cerradeira”) vincula-se às tentativas de explicitar as identidades construídas nos territórios do bioma Cerrado, em especial as femininas, amparando-se em autores e documentos que vêm desenvolvendo conceitos identitários para estes povos esquecidos por tanto tempo. Alguns desses são: Mendonça (2004), Pelá e Mendonça (2010), Dias e Freire (2020) e Carta... (2019).

Assim sendo, a pesquisa teve como objetivo desvendar o protagonismo das mulheres camponesas do Cerrado, suas memórias e experiências socioculturais e ambientais vividas nos espaços rurais do bioma. Para o desenvolvimento da investigação, utilizou-se da pesquisa qualitativa, cuja metodologia viabiliza a abordagem da complexidade dos imaginários presentes nas memórias, no comportamento cotidiano e no pertencimento aos lugares, permitindo a articulação entre as percepções apreendidas, as interpretações necessárias e a compreensão dos fenômenos na sua totalidade. Os procedimentos escolhidos para alcançar tais objetivos foram entrevistas escritas e orais realizadas nos anos de 2018, 2019 e 2020, anotações provenientes de pesquisa de campo empreendida em 2019 e 2020, gravações e observação direta em 2019 e 2020. As entrevistas foram desenvolvidas através da interatividade com diálogos não estruturados, o que possibilitou a análise e a articulação entre a epistemologia científica, as territorialidades e os saberes culturais das camponesas cerradeiras. Participaram da pesquisa cinco mulheres com idades acima de 60 anos, que carregam uma história de vida e de trabalho nos campos do Cerrado desde crianças. São elas: as camponesas Neli C. M. Magalhães e Lourdes Lisboa, do Assentamento 20 de Março; Onézia C. de Moura e Maria R. da Cruz, do Cinturão Verde, ambos localizados no município de Três Lagoas – MS; e Gabriela Tomaz, que atualmente reside na área urbana da cidade de Três Lagoas.

2 Territorialidades e campesinato

As novas estratégias produtivas familiares e a capacidade de recriação dos modos produtivos camponeses são evidentes nos dias atuais, estabelecendo resistências para a permanência nos

campos brasileiros. Houve várias transformações no sistema fundiário brasileiro e redefinições no campo, no qual a categoria camponesa resistiu e conservou suas propriedades culturais.

De acordo com Wanderley (2014), há uma revalorização da categoria camponesa com interesse crescente em pesquisas científicas, resgatando a sua importância para a sociedade brasileira que por tempos fora negado. Estes estudos objetivam o reconhecimento dessa classe, cujas abordagens possuem movimentos que vão desde aspectos econômicos e políticos, até os processos socioculturais constituídos. Os enfoques culturais destacam a produção doméstica familiar dos conhecimentos adquiridos e guardados, que foram repassados para gerações seguintes, pois, “[...] para afirmar sua identidade de agricultores, eles têm uma experiência acumulada de estratégias e de práticas sociais, inclusive no campo produtivo, que revelam sua capacidade de sobreviver” (WANDERLEY, 2014, p. 12).

A cultura camponesa permaneceu resistente diante da modernização do campo e do desenvolvimento do capital agrário internacional, confirmando, assim, a permanência da categoria nos campos brasileiros. Constata-se essa resistência tanto no enfrentamento ao sistema produtivo brasileiro com políticas de valorização e incentivos à produção monocultora e avanço do agronegócio às fronteiras agrícolas, como também nas contínuas expulsões e conflitos permanentes para as famílias.

Lima e Chaveiro (2010) citam que a abertura da ocupação do bioma Cerrado para a agricultura moderna na década de 1970 trouxe prejuízos socioculturais e ambientais. A longa trajetória dos camponeses nos campos cerradeiros, com as adversidades enfrentadas, permitiu a criação de formas de resistir através dos saberes e das práticas em renovação constantes. Em Neves (2009, p. 312), é possível verificar a intensidade dos modos de vida campesina, quando o autor diz que o campesinato é “[...] um modo de organização de produção e de vida social segundo valores referenciais, elaborados também pela convivência em espaços de interculturalidades”.

As lutas e as resistências camponesas estão envoltas em experiências vividas que perpassam conquistas, garantias da

permanência na terra e convivências solidárias entre os pares e a natureza; pois, no seu jeito simples e desapegado de viver, trabalham a terra e dela esperam o retorno. Esse sistema produtivo é contrário ao do capital agrário, cujo esgotamento do solo força uma produção exaustiva para o comércio agroexportador:

Entendemos que a sobrevivência dos povos do campo e a reprodução das suas relações de trabalho com a terra são, portanto, condição essencial para a manutenção da existência da nossa biodiversidade, tendo em vista que esses povos possuem uma relação com a natureza de respeito e preservação. Pois a vêem como parte inerente de sua sobrevivência e, ao contrário da burguesia, não enxergam a natureza como fonte de exploração para o lucro e, sobretudo, não a transformam em mercadoria (CAMACHO, 2009, p. 18).

Este modelo divergente da lida com a terra e com a biodiversidade vai de encontro a questões relacionadas à preservação dos recursos naturais e cuidados sociais, à produção de alimentos saudáveis, em tempos em que, no Brasil, a prática e as políticas públicas têm incentivado o uso intensivo de agrotóxicos.

Diante da realidade concreta da permanência na terra e a simplicidade de trabalhar e viver em harmonia com a natureza, os modos de vida campesina resistem diante do modelo produtivo dominante e hegemônico nos campos brasileiros. São os camponeses os sujeitos que sonham com um pedaço de terra para nela plantar e sobreviver com suas famílias, mas não sem enfrentar grandes desafios. São povos que, permanecendo na contramão do sistema estabelecido, se reinventam, conservando as raízes culturais:

O movimento camponês pressupõe um estado de contestação. Os ideais e as práticas contestantes são relevantes à medida que constituem uma interpretação divergente da ordem estabelecida, ou do “novo” que desestrutura as relações existentes. São comportamentos incorporados aos indivíduos como forma de resistência, podendo se desdobrar em movimentos mais amplos, criando novas condutas que pressupõem linguagens, rituais e práticas inovadoras (muitas vezes

no sentido de reinvenção), elaborando uma visão utópica na qual se protegem do presente e prevêem o futuro. O restabelecimento da unidade grupal, muitas vezes, buscada em um plano simbólico, permite ordenar as práticas dos indivíduos perante o enfrentamento na sociedade, revelando nova coesão dada por uma situação de conflito (OLIVEIRA, 2009, p. 193).

Mesmo sendo inegável o legado cultural dos povos camponeses, diante de suas conquistas, resistências, respeito na forma de convivência com a terra e com a biodiversidade, alguns resquícios da sociedade ocidental hierarquizada estão incorporados no interior das suas relações, como o patriarcalismo. Nota-se que, nas comunidades camponesas, a figura da mulher é pouco valorizada, a imagem do homem está nas bases da autoridade, do provedor e daquele que decide. Nesse ambiente, a presença e as ações sócio-econômico-político-culturais e ambientais assinaladas pelas mulheres foram menosprezadas ou omitidas no espaço-tempo pelos discursos e concepções consolidadas nas visões masculinizadas. Na tentativa de invisibilizar a presença e as atuações femininas, seu papel enquanto sujeito de lutas e resistências foi negligenciado:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça (BOURDIEU, 2012, p. 18).

O trabalho desenvolvido pelas mulheres camponesas foi assinalado como complemento de renda, quando remunerada, ou não valorizada, quando executada nos ambientes domésticos: “[...] tarefas que são culturalmente impostas, mas que são encaradas como exclusivas do sexo feminino. Aí se incluem o preparo dos alimentos, a limpeza da casa, o cuidado com as roupas e a proteção dos filhos [...]” (TEDESCHI, 2012, p. 199). Somem-se a essas tarefas os cuidados com a criação de animais de pequeno porte e a manutenção das roças de hortaliças nos arredores da casa.

A divisão sexual de tarefas laborais pode ter contribuído para a valorização das ocupações masculinas em detrimento do trabalho feminino, porque estão relacionadas com a defesa, a segurança e o fornecimento de alimentos para a família (TABET, 2014). Estas tarefas destinadas ao homem conferem a ele “[...] mais ‘peso’ nas decisões, de ter maior ‘controle’ do curso das coisas (e, portanto, a capacidade de dominar política, cultural e simbolicamente as mulheres)” (TABET, 2014, p. 104). Mais ainda:

[...] a divisão do trabalho não é neutra, mas orientada e assimétrica, mesmo nas sociedades ditas “igualitárias”; que não se trata de uma relação de reciprocidade e complementaridade, mas de dominação; que esta dominação se concretiza por meio de elementos objetivos claros e definidos [...] (TABET, 2014, p. 107).

O menosprezo dos saberes e das competências acumuladas pelo feminino corresponde a uma prática culturalmente dominante, imposta pela sociedade, na qual a mulher, desprovida do seu devido reconhecimento, foi travestida em fragilidades, irrompendo legitimações de sua sujeição historicamente infligida. Entretanto, estas supostas vulnerabilidades possivelmente foram transformadas em resistências, resguardando suas identidades e territorialidades. Essas mudanças gradativas foram assumindo configurações de emancipação não somente da mulher, mas também das relações nos ambientes em que ela está inserida. Socialmente as mulheres têm buscado uma participação maior na sociedade em busca de seus direitos e “nesses espaços são potencializadas possibilidades de visibilização da necessidade do reconhecimento da força política e produtiva da mulher” (ESMERALDO, 2013, p. 241).

Os modos de vida são revelados nos símbolos e guardados na memória; eles refletem a ligação existente entre a mulher e o seu legado. Seus olhares, suas rotinas, suas vidas vividas nos lugares rurais, nas belezas, riquezas, agonias e sofrimentos, são manifestadas pelas territorialidades construídas. Sua presença é marcante nos espaços rurais e sua contribuição nas áreas culturais, na produção de resistências, são inegáveis. Assim:

A hegemonia do homem no campo político começa a ser problematizada e questionada quando as mulheres se opõem e revelam as leis orientadoras das regras que regem a entrada de sujeitos sociais no espaço político: produzem a ressignificação de seu trabalho nos roçados afirmando a existência de componentes de força produtiva nessas atividades; introduzem o debate sobre o direito à autonomização na sua representação como trabalhadoras (ESMERALDO, 2013, p. 246).

A cultura guardada, protegida e praticada nos campos brasileiros teve forte participação feminina na defesa cultural dos modos produtivos e de vida camponesa. No processo histórico, principalmente nas últimas décadas do século passado, a mulher foi adquirindo papel significativo nas lutas e resistências camponesas. Contribuindo para este fato:

O resgate histórico da luta das mulheres nessas décadas remete ao entendimento dos limites da política e da possibilidade de invenção de novos campos políticos. Questionando programações ideológicas e políticas, as mulheres geram um novo fazer político e novos lugares de mulheres na luta camponesa, na qual expressam sua ação protagonista frente às transformações pelas quais passa a sociedade camponesa (ESMERALDO, 2013, p. 254).

De acordo com a autora, pode-se compreender que os saberes e fazeres femininos remetem aos conceitos de territorialidade presentes nas resistências e lutas camponesas, através das relações entre os sujeitos e o território e imprimindo as formas diferenciadas do viver, nas quais as relações são moldadas ao cotidiano, aos valores e às culturas. Little (2003) ressalta que é a partir das relações entre os sujeitos e o território que se instituem as territorialidades; assim, o processo é histórico, porque interfere nas relações e nas construções do território, fortemente marcado por sistemas sociais e políticos de longa data.

Para elucidar esta assertiva, o conceito de territorialidade com que se trabalha é o seguinte.

[...] estamos compreendendo a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e

culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana. Isso significa dizer que entendemos a identidade de maneira híbrida, isto é, como processo relacional e histórico, efetivado tanto cultural como econômica e politicamente (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009, p. 08).

Dessa forma, os costumes cotidianos configuram-se em variadas formas de ver e viver, estabelecendo as territorialidades que ficaram guardadas na memória e nos jeitos de viver, revelando um cenário comum nas tradições e culturas. Quando Little (2003) cita as territorialidades carregadas de construções socioculturais, ele destaca que este conceito possui pluralidades que ampliam as discussões sobre as variedades de territórios existentes e suas singularidades. Ele chama a atenção para as considerações particularizadas que implicam os saberes e as identidades “coletivamente criados e historicamente situados” (LITTLE, 2003, p. 254).

Hasbaert (2004) diferencia as formas de apropriação e as de utilização do território: quando o território é usado para relações de sobrevivência, o espaço é tornado lugar, o lugar das identidades, das simbologias e das tradições; é o lugar de pertencimento, porque os sujeitos passam a pertencer ao lugar e o lugar a pertencer aos sujeitos. O pertencimento ao espaço vivido nos campos é repleto de sentidos:

[...] tratamos de um território multiescalar, aberto para acolher a diversidade de combinações espaciais que tecem as sociedades com a experiência individual na superfície terrestre. Acresce-se que ele é dotado de uma historicidade caracterizada por seus ritmos específicos. Levando em conta esses elementos, pode-se tratar da territorialidade. A territorialidade considera tanto as questões de ordem simbólico-cultural como também o sentimento de pertencimento a um dado território (ALMEIDA, 2008, p. 319).

No palco das territorialidades dos povos campesinos, as mulheres abrigam, nos modos de vida, o zelo aos costumes. Com sua sutileza, desempenham o cuidar dos símbolos, das práticas e dos saberes, promovendo simultaneamente a proteção e a sustentabilidade da natureza.

3 Territorialidades femininas: memórias e vivências cerradeiras

Ao observar a lida do dia a dia das mulheres, é possível perceber a cultura impressa nos afazeres e nos modos de vida das mulheres camponesas. As lembranças que estão presentes na lida no campo sempre vêm carregadas de símbolos no manejo com a terra, no cuidado com a saúde e os relacionados com a alimentação. É nas práticas cotidianas que a cultura é mantida, pelos costumes e pelo jeito usual da vida, que ficaram guardados nas memórias e transportados no espaço e no tempo e revelados às gerações seguintes.

Na observação dos espaços e estruturas construídas, as características culturais são simbolizadas e evidenciam as territorialidades presentes nas simplicidades do modo de vida do campo. Em observação direta, percebeu-se que eram semelhantes a criação de animais de pequeno porte, as hortaliças para o consumo, as árvores frutíferas no terreiro mais próximo da casa, as pequenas roças mais afastadas com o cultivo de mandioca, feijão, abóbora, maxixe, quiabo e outras, nos assentamentos 20 de Março e Cinturão Verde. São simbologias apresentadas na distribuição do espaço e nas territorialidades do lugar em que a presença feminina é perceptível. As atividades diárias das camponesas evidenciam tanto a força feminina ao lidar com o trabalho no campo, quanto a representatividade das simbologias e as marcas das territorialidades impressas no lugar de pertencimento. A roça, a horta e o trato com os animais de pequeno porte, sempre presentes nesses ambientes, revelam o legado imaterial, perpetuado nas subjetividades e nas identidades cerradeiras, bem como incorporado quase como um ritual entre a mulher, o manuseio da terra e as criações. São gestos e cumplicidades perceptíveis na rotina do dia a dia, em

que existe uma convivência intrínseca própria do feminino com o lugar, a terra e as criaturas.

Os valores imateriais têm, nas mulheres, um acervo inegável: aparecem nas suas práticas, nas crenças, nas áreas da saúde, no núcleo familiar. As necessidades diárias vão tomando configurações que ficaram cravadas nas identidades das comunidades camponesas. Assim, pode-se compreender que o legado dos costumes, práticas, saberes e símbolos que constroem as territorialidades e resistências presentes nos campos cerradeiros são indiscutivelmente preenchidas pela presença feminina nas comunidades camponesas. Como demonstrado nas palavras de Ferrante *et al.*, (2013, p. 199): “[...] a tentativa de preservar laços de amizade, vivência anterior e proximidade da região de origem – critérios significativamente influenciados pelas experiências das mulheres – pode ser encarada como uma forma de resistência”. A preservação dos costumes também pode significar contribuições nas resistências e permanência na terra (FERRANTE *ET AL.*, 2013). As resistências estão presentes nas formas de luta e nas reivindicações, mas também nas formas de preservação dos modos de vida camponesa.

As inovações produtivas são formas de resistências, como as propostas agroecológicas, que, não raro, são aceitas pelas mulheres, acreditando nas possibilidades e capacidades da agricultura sustentável e na força campesina para levar adiante projetos que vão na contramão dos sistemas produtivos capitalistas. As camponesas são protagonistas nas efetivações de ensaios e inovações sustentáveis na produção com a terra. No Cinturão Verde, município de Três Lagoas - MS, há exemplos em que mulheres estão envolvidas com os projetos de produção sustentável, como o projeto Mandala, desenvolvido no lote de Maria R. da Cruz, uma das mulheres camponesas participante da pesquisa.

A história do Cinturão Verde é complexa. A Prefeitura Municipal de Três Lagoas cedeu parte de uma área que era destinada à industrialização do município para famílias agricultoras sem-terra, com o objetivo de fomentar a produção hortifrutigranjeira, promovendo ajuda às famílias e à comunidade local (BORGES; OLIVEIRA, 2018). A área do Cinturão Verde situa-se entre o Rio Paraná e o

núcleo urbano do município, tendo sido sempre palco de tensões e instabilidade pela constante ameaça de expulsão das famílias conduzida pelo poder público. Esta situação de insegurança acontece desde 2002, data da criação do Cinturão Verde, conforme relatos da camponesa Onézia C. de Moura, outra integrante da pesquisa. A prefeitura, além de não oficializar os contratos de uso, tem constantemente ameaçado os agricultores de despejo. De acordo com Borges e Oliveira (2018), são 184 lotes no Cinturão Verde distribuídos em três áreas, localizadas próximas ao Rio Paraná e inseridas em Área de Proteção Ambiental (APA), que correspondem aos remanescentes da mata ciliar do Rio. Assim, o Cinturão Verde representa uma barreira de proteção a esta área que deve ser preservada, papel que os agricultores desempenham com habilidade.

O plantio no sistema Mandala é um dos projetos desenvolvidos no Cinturão Verde como incentivo e fomento à agricultura familiar, tendo sido aceito como experiência no lote de uma das entrevistadas, Maria da Cruz. A produção na Mandala carrega a simbologia do equilíbrio da natureza e é construído em nove canteiros circulares, reproduzindo o sistema solar. No centro da produção, representando o sol, é construído um tanque, para alguns peixes, marrecos e patos, bem como para utilização na irrigação. Há ainda um galinheiro para aproveitamento do adubo e combate às pragas. Os canteiros em círculos promovem a biodiversidade, de acordo com Martins (2012). Nos três primeiros círculos, são cultivadas plantas medicinais e hortaliças; nos cinco seguintes, há cultivares de leguminosas e frutas, para consumo da família e também para a comercialização; e o último círculo é destinado à proteção dos outros anéis, com cercas vivas.

São vários os projetos apresentados e implantados em assentamentos, buscando a valorização da vida e da biodiversidade. No assentamento 20 de Março, no município de Três Lagoas, a produção de hortaliças agroecológicas no lote de Neli C. M. Magalhães, camponesa participante da pesquisa, tem como intuito maior a comercialização em feiras de produtos saudáveis e sem o uso de agrotóxicos. O assentamento foi uma conquista após seis anos de luta pela terra em acampamento, a partir da desapropriação da

Fazenda Arapuá, com área de 1480 hectares (BORZONE, 2018), onde foram assentadas 68 famílias.

Em princípio, de acordo com a camponesa Neli Magalhães, a construção de hortas pelas famílias assentadas tinha como objetivo apenas o consumo domiciliar, mas, diante de perdas e sobras dos alimentos, após negociação com a prefeitura local, conseguiram um espaço na feira central. Posteriormente, com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, iniciou-se também a feirinha nos espaços do *campus* de Três Lagoas da universidade. Neli Magalhães foi a precursora em todas as fases da estruturação da banca na feira, do transporte e da comercialização. Ela relata as dificuldades enfrentadas com o setor público, para a conquista de um espaço na feira livre do município: “Não conseguia nem um projeto porque só vem através da associação e aí foi aonde que eu criei essa associação, fiquei três anos e no tempo do meu mandato graças a Deus muitas coisas fluiu” (entrevista com Neli Magalhães, realizada em 30/01/2020).

Neli Magalhães ficou presidindo a associação por dois mandatos, pois os associados não se dispuseram à função da presidência e, assim, a resistência foi mantida até conseguirem a barraca e um carro estufa financiado para transportar as hortaliças. Em suas narrativas, ela conta que entrou no movimento em busca da terra a partir do acampamento organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Três Lagoas, em novembro de 2003. Armou o seu barraco à beira do Córrego Moeda, na Rodovia MS 395, que liga os municípios de Três Lagoas a Brasilândia. Este acampamento sofreu mudanças de localidade por duas vezes, a primeira, do córrego Moeda para o córrego do Pinto e a segunda, para o córrego Arapuá. Ela informa que a primeira mudança do acampamento ocorreu pelo fato de que a BR 395 era muito movimentada e perigosa, com o tráfego constante de carretas carregadas de toras de eucalipto, em decorrência da indústria de papel e celulose no município. A segunda foi deslocada, porque a terra, em avaliação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), era da Fazenda Arapuá. Então reorganizaram o acampamento à beira da estrada na margem do córrego Arapuá e de frente à fazenda, que posteriormente fora desapropriada e

viabilizada para o assentamento. Conforme as narrativas e apontamentos coletados, foram seis anos de muito sofrimento, diante do compromisso em ficar debaixo dos barracos de lona e, ao mesmo tempo, da necessidade em trabalhar para sobrevivência da família.

Alguns anos após entrarem na terra, Neli Magalhães começou a colocar em prática um sonho: o viveiro de mudas do Cerrado, cujo intuito era o de resgatar o que é natural da região. Ela era presidenta do assentamento e coordenadora do grupo das mudas do Cerrado. Em seus depoimentos narra a dificuldade para a criação da associação do assentamento, que viabilizaria a implantação de projetos. Declara que, como não havia, dentre os assentados, a disponibilidade em presidir a associação, ela ficou no cargo por dois mandatos. Foi neste período que conseguiu financiamento para o Projeto Viveiro de Mudas do Cerrado. A camponesa comentou que a ideia do viveiro nasceu por dois motivos: um deles era a necessidade de criar empregos no próprio assentamento para os jovens que estavam longe da cidade, o outro foi a sua paixão pelo Cerrado e a verificação da sua contínua devastação.

Dona Lourdes Lisboa, assentada no 20 de Março, é uma das diaristas no viveiro e relata que o trabalho começa bem cedo, antes que o sol fique quente demais. Todos os que trabalham no viveiro levam o café da manhã e o almoço, porque lá ficam até de tardezinha. A camponesa diarista descreve o histórico da busca pelo viveiro, explicando as etapas que ela acompanhou. A satisfação em fazer parte do projeto fica evidente quando ela conta os detalhes e a lida com as mudas do Cerrado: “Eu gostava quando começou aquele viveiro lá que eu trabalhava o dia inteiro, todo dia enchendo saquinho. Veio um rapaz da Fibria ensinar a gente encanteirar os canteiros” (entrevista com Lourdes Lisboa, realizada em 22/01/2020). Ela afirma que acompanhou todo o processo de implantação do viveiro, que demandou muito trabalho com a terra, com as mudas e até na edificação da sua estrutura. Ela narra que, até o material chegar ao assentamento, foi uma longa jornada que tiveram para vencer todas as etapas que o projeto exigia. Desde o início do viveiro, a assentada nele trabalhou com remuneração de diarista. Com entusiasmo, diz que: “Os primeiros

saquinhos que encheu que foi pondo tudo lá dentro do viveiro, aquilo pra mim é um prazer, porque é muito gostoso. Nossa, eu tô empregada! Eu tenho um serviço né?” (entrevista com Lourdes Lisboa, realizada em 22/01/2020).

O viveiro de mudas do Cerrado fica nos fundos da sede, em uma grande área cercada com portão e ao lado foi montado uma estufa para as sementeiras. O viveirista e os diaristas são os que ali trabalham e o mantêm. As atividades no viveiro consistem na preparação das sementes, plantio e repicagem (plantio das mudinhas após nascimento) e a manutenção das mudas, com controle das raízes, crescimento e mudanças de canteiros chamados por eles de “dança das mudas”. Este processo, segundo informações de Lourdes Lisboa, é repetido até que o comprador das mudas venha buscá-las.

O viveiro tem como principal colaborador e comprador das mudas as empresas Suzano Papel e Celulose (SPC) e Fibria Celulose, que atualmente se fundiram em uma única empresa. Os técnicos agrônomos que dão assistência ao projeto do viveiro são da empresa e a maioria das mudas é comprada pela corporação, visando ao reflorestamento de áreas de proteção e também à execução de projetos em assentamentos na região do bolsão sul-mato-grossense, com os projetos de Sistemas Agroflorestais (SAFs). Por este motivo, parecem ser constantes o fluxo de saída das mudas, a necessidade de plantio e a reposição de todas as mudas durante o ano inteiro.

São projetos experimentais que a empresa tem fomentado nos assentamentos como forma de mitigação dos impactos socioambientais provocados a partir da monocultura de eucalipto e da indústria de papel e celulose. No assentamento 20 de Março, o projeto SAFs, implementado pela empresa de papel e celulose Suzano, está em fase inicial com a participação de parte dos assentados. Algumas espécies do Cerrado observadas no viveiro são: Monjoleiro (*Senegalia polyphylla*), Maria Preta (*Solanum* sp.), Pau cigarra (*Senna multijuga*), Faveiro de Anta (*Dimorphandra mollis* Benth), Copaíba (*Copaifera langsdorffii*), Ingá (*Inga*), Baru (*Dipteryx alata*), Jatobá (*Hymenae acourbaril*), Amendoim do Campo (*Platypodium elegans*) e Canela de Velho (*Miconia albicans*).

De acordo com Lourdes Lisboa, o trabalho no projeto é bem tranquilo, é como uma terapia. Ao ser questionada por trabalhar tanto, responde que gosta muito de lidar com as plantas e, neste sentido, é possível perceber o conhecimento que tem sobre as espécies do Cerrado. É um dos valores conferidos à mulher camponesa: a proximidade e o respeito à natureza, que marcam um convívio com a biodiversidade cerradeira, cujas manifestações quase que ritualísticas se misturam às necessidades cotidianas diante da disponibilidade natural do bioma. São as teias de cumplicidades e vínculos que se entrelaçam, criando uma feição singular das territorialidades no Cerrado.

As mulheres camponesas, na maioria das vezes, detêm o conhecimento das espécies medicinais e da sua aplicabilidade para combater enfermidades. Esta sabedoria pode estar relacionada à observação minuciosa e atenta com relação à natureza que permite ao feminino um maior conhecimento e aproximação da biodiversidade cerradeira. As narrações de Onézia de Moura sobre os vários exemplares de plantas medicinais do bioma cultivados em seu lote revelam a experiência na conservação de espécies do Cerrado. Ela chama seu lote de “meu lugarzinho”, uma forma carinhosa de nomear a reserva de Cerrado que ela construiu.

Onézia de Moura é beneficiária de contrato de comodato de um lote de 10 mil metros quadrados, localizado na área do Cinturão Verde, em Três Corações - MS. Todo o lote é ocupado com suas plantações, que vão desde espécies frutíferas e ornamentais até alguns exemplares do Cerrado. Neste espaço, também é cultivada uma pequena roça com mandioca, abóbora e feijão e um amplo galinheiro com várias palmeiras de gueirova¹, as quais servem para sombrear o local. Em seus relatos, Onézia de Moura revela que, apesar do lote ser pequeno, é suficiente para produzir alimento para a família: “[...] eu faço um canteiro de abóbora, colho abóbora verde, madura, faço de maxixe, outro de feijão...parece que não é nada mas para a família é fartura”. No lote, há verduras, legumes, raízes, grãos e frutas, além das ervas medicinais. Embora seja comodataria, faz mais de trinta anos que a camponesa mora no local.

1 Também conhecida em outras partes do Brasil como guariroba.

No Cinturão Verde, são implementados alguns programas na colaboração da viabilidade do escoamento da produção. A camponesa Maria da Cruz, comodataria por 15 anos, participa atualmente da Campanha Nacional do Abastecimento (CONAB) e do Programa Mesa Brasil. Ela fornece os produtos para as escolas do município, incluindo hortaliças, frangos e ovos. A entrega é realizada uma vez na semana e, para levá-las, ela utiliza uma carriola de mão, com várias caixas empilhadas.

Em 2016, o Cinturão Verde foi dividido pela construção da BR 262 que liga os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Essa construção vinculou-se ao projeto da edificação da nova ponte sobre o Rio Paraná, em atendimento à demanda do fluxo de carretas que compõem as atividades de produção da indústria de papel e celulose. Ocorre que o local da associação de recolhimento das produções dos camponeses se localiza do outro lado da rodovia em que mora a camponesa Maria da Cruz e ela é forçada a atravessar a rodovia para a entrega de hortaliças, em duas viagens com a carriola.

Maria da Cruz conta como foi a chegada ao seu lote no Cinturão Verde, há quinze anos: “Manuel rancando a braquiária no enxadão e eu carpindo com a enxada, limpamos tudo”. Foram construindo, limpando e plantando para o consumo; o excedente, ela vendia na comunidade adjacente. Enfatizou em seus comentários que, desde que entrou no lote, nunca mais trabalhou como empregada: “Tem gente que chega e fala vocês vevi daqui? Eu vivo daqui. A partir do momento que a mulher trabalha ali pra ela, ela vevi dali” (entrevista com Maria da Cruz, realizada em 01/02/2020). Maria da Cruz conta que a sua rotina diária consiste em levantar às 3:30 horas da manhã para aproveitar o tempo sem sol quente e seu trabalho diário é bater e levantar os canteiros, adubar e cuidar diariamente da plantação.

Merece destaque as lembranças de Gabriela Tomaz, uma senhora que viveu experiências no rural cerrado e atualmente mora na cidade. Ela não esqueceu a vida vivida nestes campos, guarda na memória a abundância de riquezas ofertadas pelo Cerrado. Ao descrever sua vida no rural cerrado, Gabriela Tomaz, aos 83 anos, destaca que sente saudades do tempo em que podia conviver com a natureza do cerrado: “Tenho mais saudade

de catar lenha, guavira, piqui, mamica de cadela, cabeça de bugre” (entrevista realizada com Gabriela Tomaz, em 03/02/2020). Ela também exalta as riquezas que o Cerrado oferecia: “O que mais tenho saudade é da fatura que o Cerrado nos dava. Era do Cerrado que buscava lenha pra cozinhar no fogão a lenha, no Cerrado eu buscava frutas” (entrevista realizada com Gabriela Tomaz, em 03/02/2020).

Ela enfatiza sobre a solidariedade e amizade existente entre as famílias e resgata em suas memórias os mutirões e “treições”: no mutirão, havia uma combinação com o dono da roça e, na “treição”, era combinado apenas com os vizinhos, causando surpresa para quem estava precisando de ajuda. Em suas memórias, cita sua mãe e sua bondade predominante. Como parteira e benzeadeira, era muito procurada para curar as enfermidades tanto das pessoas como também dos animais domésticos, empregando a cura através das ervas medicinais do Cerrado. “A relação que existia entre o Cerrado e as pessoas de antes, era muito boa, de muita compreensão e companheirismo, porque antes as pessoas cuidavam do Cerrado e o Cerrado cuidava das pessoas” (entrevista realizada com Gabriela Tomaz, em 03/02/2020). Gabriela Tomaz fala, com tristeza, sobre a degradação que o Cerrado tem sofrido: “Pena que hoje o quadro é bem diferente porque o homem está acabando, está matando o Cerrado para fazer pasto, plantar eucalipto. Essa é a minha tristeza”.

Estas são algumas das experiências vivenciadas e relatadas por mulheres do campo. São suas apostas, resistências e convivência com o bioma Cerrado. O legado conservado das culturas dos povos camponeses se manifesta nas memórias de mulheres que construíram suas vidas e famílias nestes territórios. A partir destes relatos, verifica-se a consolidação das territorialidades femininas nos campos do Cerrado. A vida camponesa não se encerra apenas na busca da terra para trabalhar e produzir; ela extrapola o individual e o familiar, alcançando questões sociais, políticas e culturais, incorporando batalhas travadas contra um sistema produtivo perverso, excludente e destrutivo, ao mesmo tempo que cultuando valores tradicionais guardados na memória e socializado entre parceiros.

4 Considerações finais

O cenário da territorialização dos campos do Cerrado se configurou em espaços para políticas agrícolas na produção de grãos, que contribuíram fortemente para a perda das identidades e biodiversidades patrimoniais inegáveis, com significativas alterações nos cenários sociais, ambientais e culturais. O Cerrado territorializado compreende o controle capitalizado de territórios que tradicionalmente foram ocupados pelos modos de vida camponesa e que atualmente se encontram sitiados pelas monoculturas de exportação. Recentes estudos têm apresentado um lamentável erro relacionado ao não reconhecimento pelos governos, pela sociedade e pela ciência, das riquezas naturais pertencentes ao Cerrado. Mundialmente esse bioma foi declarado como *hotspot* da biodiversidade, que são as regiões mais ricas em biodiversidade, mas também as mais ameaçadas do planeta.

A história do desenvolvimento capitalista no bioma Cerrado, a contínua expulsão e a permanente busca pela terra de trabalho e de sobrevivência camponesa, são também resistências repletas de esperanças resguardadas no legado da cultura campesina. O panorama encontrado nos relatos a partir do olhar feminino das camponesas situadas no território do bolsão sul-mato-grossense permitiu a reflexão conduzida pelas concepções femininas, a compreensão da vida e dos modos de vida campesina nos territórios cerradeiros, que vão das resistências, lutas e conquistas às lideranças e engendram as territorialidades neste espaço de tantas mudanças e conflitos.

As mudanças nos espaços cerradeiros demandam novas formas nas relações com a terra, que estão sendo desenvolvidas pelos povos campesinos. As mulheres cerradeiras, por exemplo, buscam preservar o legado que une os modos de vida e a biodiversidade. A partir das narrativas das experiências vividas por algumas delas foi possível a análise de um conjunto de fenômenos socioeconômico, ambientais e culturais, construídos nas territorialidades presentes em seus lugares de vida. Almejando o resgate da vida cerradeira e da soberania dos povos e de seu modo de viver, a presença feminina vai configurando o seu protagonismo no resguardo e na afirmação da cultura campesina que resiste.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L.; SCOPINHO, R. A. Mulheres camponesas: identidades que resistem. **REU**, Sorocaba, v. 41, n. 2, p. 247 – 264, 2015.

ALMEIDA, M. G. de. Parte 5 - Territorialidades, representações do mundo vivido e modos de significar o mundo: Uma leitura etnogeográfica do Brasil sertanejo. In: SERPA, A., (org.) **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 312 – 336.

BORGES, M. C.; OLIVEIRA, M. E. de. O Cinturão Verde e os marcos de memória da terra: entre ir e ficar... **Tempos Históricos**, Cascaval, PR, v. 22, p. 101 – 131, 2018.

BORZONE, C. V. **Mulheres camponesas no território rural do Bolsão/MS**: protagonismo, resistências e contradições. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2018.

BORZONE, C. V.; ALMEIDA, R. A; NARDOQUE; S. Mulheres camponesas em movimento: a experiência do comitê de mulheres no território rural do Bolsão/MS. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, n. 111, p. 01 – 08, 2017.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CAMACHO, R. S. O agronegócio latifundiário versus a agricultura camponesa: a luta política e pedagógica do campesinato. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., São Paulo, 2009. **Anais... São Paulo: [online], 2019**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/35412001-O-agronegocio-latifundiario-versus-a-agricultura-camponesa-a-luta-politica-e-pedagogica-do-campesinato-1.html> Acesso em: 03 out. 2018.

CARTA do I Encontro Nacional das Mulheres do Cerrado. **CEDEFES** – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, [online], 16 jun. 2019. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/carta-do-i-encontro-nacional-das-mulheres-cerrado/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

DIAS, L. de O.; FREIRE, R. M. Mulheres em movimento e expressões na construção do viver-Cerrado. **Élisée**: Revista de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, Goiás, v. 9, n. 2, p. 01 – 22, 2020.

ESMERALDO, G. G. S. L. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de. (orgs). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 235 - 256.

FERRANTE, V. L. S. B. *et al.* Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de. (orgs). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 195 - 216.

GASPARETO, S. A. K.; MENEZES, M. A. As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de. (orgs). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 303 - 328.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 10 - 24, 2003.

HENN, I. A. Agroecologia e relações de gênero em projeto societário. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de. (orgs). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 65 - 87.

LIMA, S. C. de.; CHAVEIRO, E. F. O cerrado goiano sob múltiplas dimensões: um território perpassado por conflitos. **Espaço em Revista**, Goiás, v. 12, n. 2, p. 66 - 83, 2010.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 251 - 289, 2003.

MARTINS, R. K. O sistema mandala de produção de alimentos: uma estratégia para o desenvolvimento da agricultura familiar. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21. Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, [s.n.], 2012.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste goiano**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

NEVES, D. P. Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais. In: _____ (org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas dirigidas de constituição do campesinato. v. 2. São Paulo: UNESP, 2009. p. 303 - 323.

OLIVEIRA, B. C. Terra, trabalho e crenças: identidade e territorialidade camponesa. In: NEVES, D. P. (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas dirigidas de constituição do campesinato. v. 2. São Paulo: UNESP, 2009. p. 193 - 208.

PELÁ, M.; MENDONÇA, M. R. Cerrado goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: _____. **Cerrados**: Perspectiva e olhares. Goiânia: Vieira. 2010. p. 51 - 69.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 03 – 16, 2009.

TABET, P. Mãos, instrumentos, armas. In: FERREIRA, V.; ÁVILA, M. B.; FALQUET, J.; ABREU, M. (orgs.). **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo, 2014.

TEDESCHI, L. A. **As mulheres e a História**: uma introdução teórico metodológica. Dourados: EdUFGD, 2012.

WANDERLEY, M. de N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p. 25 – 43, 2014.

ZIOLKOWSKI, N. E. Mulheres à frente no Cerrado e Pantanal: o entrelaçar de força na prática da resistência. **Revista Movimentação**, Dourados, v. 5, n.10, p. 94 – 109, 2019.